

30º Congresso do Andes-SN aprova Projeto de Carreira do Professor Federal

Os mais de 250 delegados de base, 50 observadores, membros da diretoria do Andes-SN e profissionais de comunicação das seções sindicais que estiveram no 30º Congresso do Andes-SN, entre os dias 14 e 20 de fevereiro, em Uberlândia/MG, participaram da aprovação de deliberações que fortalecem a luta histórica do movimento docente, entre elas, o Plano de Carreira, a reafirmação da filiação à nova Central Sindical CSP-CONLUTAS e o novo Plano de Comunicação. Além disso, o momento foi de comemoração pelos 30 anos de organização sindical do Andes-SN.

Na visão do 2º vice-presidente da Regional Leste, Ricardo Behr, a grande participação de docentes no 30º Congresso do Andes-SN para debater e deliberar temas de interesse da categoria indica que os professores estão atentos aos rumos da educação no país. “Há uma preocupação com as políticas governamentais que interferem no nosso cotidiano, especialmente com aquelas que definem as nossas condições de trabalho, de salário, da nossa carreira e aposentadoria”, afirmou Ricardo.

Projeto propõe Carreira do Professor Federal. Durante a Plenária do 30º Congresso, foi aprovado o Projeto de Lei de reestruturação da Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino, que reafirma a base do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos conquistado pelos docentes em 1987. Esse Projeto foi construído ao longo de 2010, em reuniões sistemáticas do Grupo de Trabalho sobre Carreira e do Setor das Federais, além de ter sido discutido pelos docentes em assembleias das seções sindicais.

O Projeto de Lei aprovado sustenta-se nas seguintes diretrizes: carreira única para todos os professores das instituições de ensino superior, independente do nível de ensino a que estejam vinculados; restabelecimento da isonomia por meio de remuneração única que agrega o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, eliminando todas as gratificações; paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada docente dessa parcela da categoria seja reenquadrado no mesmo



Mesa de abertura do 30º Congresso comemora 30 anos do Andes-SN.

patamar em que estava quando se deu a aposentadoria, garantidos todos os direitos; e uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos, o que permite que o professor atinja o topo da carreira em 25 anos. O modelo respeita o direito da professora mulher da educação básica de se aposentar após 25 anos de trabalho, como prevê a legislação, sem prejuízo de seu desenvolvimento na carreira. O projeto também mantém em 3,1 vezes a diferença

salarial entre o início e o topo da carreira, o que significa uma margem equilibrada de renda entre os companheiros da base da categoria.

O plenário também deliberou uma agenda de lutas pela aprovação e implantação da Carreira de Professor Federal, a ser conduzida pela diretoria do Andes-SN. A agenda prevê o protocolo do Projeto de Lei no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no início do mês de março, além de outras ações.

Delegados aprovam filiação do Andes-SN à Central Sindical e Popular

Um dos pontos mais polêmicos do 30º Congresso foi a discussão sobre a filiação à Central Sindical e Popular (CSP) - Conlutas. A tarefa histórica de ajudar a reorganizar a classe trabalhadora foi evidenciada, sendo que a continuidade da participação do Andes-SN na Conlutas foi definida como principal estratégia mobilizadora da categoria. Para o integrante da diretoria do Andes-SN, Josevaldo Pessoa da Cunha, esse é o momento de reunir os distintos setores da classe trabalhadora em torno de um novo projeto de sociedade. “O Andes-SN está na construção de uma articulação maior junto ao movimento sindical, popular e estudantil, o que irá possibilitar uma organização mais combativa e forte de trabalhadores”, defendeu Cunha. A Central Sindical e Popular – CSP Conlutas defende os mesmos princípios norteadores de lutas do Andes-SN. “A defi-

nição da plenária de homologar a filiação à central sindical é fundamental para que possamos fortalecer a nossa luta aliada a de outros movimentos sociais”, afirmou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Ele também explicou que a decisão tomada no Congresso considerou a participação ativa do Andes-SN na construção da Conlutas desde a sua fundação. “O que estava em debate não era a filiação a uma ou outra central sindical, mas sim a continuidade de um processo de construção e articulação a partir da Conlutas”, disse Rocha.

Andes-SN implementará Plano Geral de Comunicação. Outro ponto aprovado pela plenária do 30º Congresso foi o Plano Geral de Comunicação do Andes-SN, que foi considerado estratégico para o desenvolvimento eficaz do plano de lutas da entidade. “A plenária compreendeu que temos que



Delegados da Adufes participam da plenária do Congresso

priorizar esse tema, uma vez que faz parte da disputa contra-hegemônica por um projeto de sociedade”, salientou o atual encarregado de imprensa e divulgação do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch. Segundo a professora integrante da diretoria da Adufes, Bernardete Gomes Mian, com a aprovação do Plano Geral de Comunicação, na comemoração desses 30 anos de Andes-SN, fica clara a importância desse instrumento

estratégico. “Avançar na comunicação é também promover um avanço na mobilização e articulação do sindicato, entre ativos e aposentados e com a sociedade”, afirmou Bernardete. A implementação do Plano Geral de Comunicação, bem como do Plano de Carreira e a filiação à Central Sindical Popular – CSP - Conlutas passará por avaliações no próximo Congresso, que ocorrerá em Manaus, no Amazonas, em 2012.

Manifestações contra o aumento das passagens marcam férias

Picos de energia na Ufes revelam sobrecarga da rede

Ponto de Encontro dá boas vindas aos docentes

Manifestações contra o aumento da passagem marcam período de férias

Estudantes, trabalhadores e integrantes de movimentos populares realizaram manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público na Grande Vitória durante os meses de janeiro e fevereiro. As atividades chegaram a reunir 250 pessoas, que paralisaram a Avenida Fernando Ferrari e a Ponte da Passagem, abriram as cancelas do pedágio da terceira ponte e realizaram o tradicional “roletaço”, que consiste em pular as roletas dos ônibus. Além disso, também foi feita uma vigília nas escadarias da Assembleia Legislativa como forma de pressionar o poder público a abrir um canal de negociação. Ao todo, foram realizadas mais de 10 manifestações.

De acordo com a diretora de organização do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes, Midiã Fraga, os principais pontos de reivindicação do movimento foram a redução imediata do preço da passagem, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do transporte público e a criação de um Conselho Estadual de Transporte Público Urbano. “O reajuste no preço das passagens sempre ocorre nas férias estudantis para que não haja protestos. Por isso, precisamos de um

conselho onde essa pauta possa ser discutida democraticamente com a sociedade”, afirmou. Ela também ressaltou que o movimento pela redução das tarifas teve bastante adesão, já que esse aumento não prejudicou apenas os estudantes, mas também os trabalhadores.

Negociações com governo estadual não avançaram. Durante o período de manifestações, foram agendadas duas reuniões de negociação com o Governo do Estado, que contou com a participação do Secretário da Casa Civil, do Secretário de Transportes e Obras Públicas e da Diretora presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb). A única reivindicação que o governo se dispôs a discutir foi a criação de um novo conselho, o que é insuficiente na visão do movimento. “Queremos a redução imediata da tarifa, pois o reajuste deve ser discutido de forma democrática, por meio desse novo conselho”, afirmou o integrante do Movimento Terra e Liberdade (MTL), Tadeu Guerzet. Ele disse que o movimento só aceita negociar agora diretamente com o governador do Estado.

Reajuste nas tarifas ocorre em todo país. O aumento no valor das passagens, que foi



Vigília na Assembleia Legislativa pressionou poder público para reduzir tarifas.



Entrada da Ponte da Passagem é paralisada por movimento contra o aumento.

de 6,98% no ES, ocorreu em 17 cidades do país. Segundo dados da Pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), aproximadamente 30% dos brasileiros têm deixado de utilizar o transporte público para se locomover por causa do alto custo. Além disso, a pesquisa revela que o gasto com transporte, seja público ou particular, alcançou o mesmo percentual que o da alimentação e ultrapassou as despesas com assistência médica e vestuário.

Na visão de Tadeu Guerzet, esses aumentos abusivos ocorrem devido ao modelo do sistema de transporte, que é público, mas gerenciado por empresas privadas. “A garantia de lucro é o que movimenta o

atual modelo de transporte. O ideal seria um sistema estatizado, com uma tarifa compatível com a manutenção da frota. O lucro deveria ser revestido para a execução de políticas públicas que beneficiassem a população”, defendeu.

Assim como os reajustes ocorreram em todo país, os protestos também. Em Salvador (BA), a passagem passou de R\$ 2,30 para R\$ 2,50 e os protestos pautaram o congelamento do valor anterior por dois anos e a melhoria do sistema de transporte coletivo da capital baiana. Já em São Paulo, onde a passagem passou de R\$ 2,70 para R\$ 3,00, houve manifestações de até 4 mil pessoas na Avenida Paulista.



Estudantes liberam cancelas da Terceira Ponte.

Picos de energia na Ufes causam prejuízos a laboratórios de pesquisa

A queda abrupta da energia nos campi da Ufes tem criado diversas dificuldades para o funcionamento da universidade, desde a suspensão de atividades administrativas até o prejuízo em laboratórios de pesquisa que possuem equipamentos de alta tecnologia e precisam do fornecimento de energia em tempo integral. O problema de fundo associado a esses picos é a sobrecarga na rede elétrica, fruto de uma expansão da universidade, ao longo dos anos, mal coordenada.

De acordo com o técnico de administração do Laboratório de Botânica, Ricardo de Oliveira Celestino, o prédio do Mestrado em Biologia Vegetal já sofre há algum tempo com os picos de energia, sobretudo depois da aquisição de ar condicionado, máquinas e equipamentos para laboratórios que

exigem alta carga energética. “Quando ligávamos mais de um equipamento, os disjuntores desligavam. Era preciso colocar uma rede trifásica, mas a Prefeitura Universitária afirmou não ter recursos para isso, o que deveria ficar a cargo do Programa ou do próprio centro”, relatou Ricardo.

Além disso, os piques de energia podem queimar equipamentos caríssimos, além de danificar os que precisam de temperaturas baixas. “O laboratório de taxonomia, por exemplo, possui 35 microscópios ópticos que precisam do ar condicionado ligado o tempo inteiro para que as lentes não sejam danificadas por fungos e bactérias”, explicou Ricardo.

Conforme relato da estudante que concluiu recentemente o Mestrado em Biologia Vegetal, Jéssica de



Foto: Comunicação Adufes

Equipamentos de laboratórios correm risco de danificação com picos de energia

Almeida, os alunos chegaram a fazer plantões nos finais de semana para verificar a temperatura dos aparelhos que estava sendo conservada pelo gerador de energia. “A Ufes adquire

bons equipamentos, mas não dá estabilidade na manutenção. É preciso verificar a estrutura de sustentação de energia para que não haja prejuízos à pesquisa”, opinou Jéssica.

Modelo de energia na Ufes deve priorizar eficiência energética

A origem dos picos de energia que ocorrem na universidade decorre da sobrecarga da rede. “A rede elétrica da Ufes é do período de sua fundação e atendia bem a estrutura da universidade naquela época. Com o tempo, houve um crescimento gradativo e sem coordenação tanto de prédios quanto de aquisição de equipamentos, o que gera a sobrecarga da rede”, explicou a professora do Departamento de Engenharia Elétrica da Ufes, Carla Cesar Martins Cunha. Ela comentou que a instalação de ar condicionado em diversas salas é um dos principais fatores para essa sobrecarga.

A insuficiência de corpo técnico especializado na Prefeitura Universitária também dificulta a manutenção da rede, pois a maioria desses serviços são terceirizados, não havendo um padrão em sua execução, já que são realizados por empresas diferentes. Além disso, a Prefeitura Universitária só possui um escritório no campus de Goiabeiras, sendo responsável, no entanto, pelo atendimento em todos os campi da Ufes.

Outro problema enfrentado pela universidade é a falta de um padrão ou de diretrizes comuns para projetos e obras, bem como para compra de equipamentos. “É essencial que a Ufes

possua um catálogo com especificações de equipamentos para determinados ambientes, padronize o sistema de iluminação, a fim de que haja uma economia de energia”, explicou a professora Carla. Ela também afirmou que esse procedimento facilitaria o processo de licitação.

O planejamento adequado das construções da universidade também é fundamental para a economia de energia. “Os prédios devem ser planejados para aproveitar da melhor forma a ventilação e a iluminação naturais”, sugeriu Carla. O que costuma acontecer atualmente, devido à expansão, é a subdivisão de salas e a instalação de ar condicionado em cada uma delas, já que, muitas vezes, não existem aberturas para ventilação. “Devemos frear o consumo no sentido da eficiência energética, que significa atender às necessidades de expansão e crescimento do campus por meio do uso inteligente da energia”, opinou a professora Carla Cesar Cunha.

De acordo com o diretor do Departamento de Obras e Manutenção da Prefeitura Universitária, Josias Scheletz, a Ufes vinha realizando manutenções corretivas na rede elétrica. No final de 2010, no entanto, a Prefeitura Universitária programou

algumas manutenções preventivas, com o intuito de evitar os picos de energia. Essa foi a causa da falta de energia no campus de Goiabeiras nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. “O próximo passo é verificarmos a capacidade de energia em cada prédio, ver se a corrente elétrica que chega é suficiente para manter os equipamentos”, explicou Josias. Ele também afirmou que em 2010 a Ufes introduziu mais uma subestação de energia, o que ampliou a capacidade energética.

Em termos de iniciativas para a questão energética na Ufes, houve o estabelecimento de um convênio de

cooperação técnica, científica e acadêmica nas áreas de gestão energética e uso eficiente da energia com a USP, em junho de 2010, pela Portaria 911. A comissão que coordena o convênio é formada pelos Pró-reitores de Planejamento e de Administração, pelo Prefeito Universitário, por dois professores do Departamento de Engenharia Elétrica e um do Departamento de Engenharia Mecânica. Até o momento, a comissão planejou a revisão de todos os contratos entre a Ufes e a Escelsa, a elaboração de um catálogo de compras e um estudo de iluminação e uso de energia para novas instalações.

Ilustração: sustentabilidade.ogerente.com.br



Construções com eficiência energética contribuem para solucionar problemas de energia na Ufes

Ponto de Encontro especial comemora início do semestre

No dia 18/03, a Adufes irá realizar o primeiro Ponto de Encontro do ano, que será a recepção dos professores para o início do semestre letivo. Além do tradicional barzinho, com venda de bebidas e porções a um preço acessível, o evento contará com a Banda Tabacarana, que possui o estilo musical do sambarock. O Ponto de Encontro terá início às 18 horas, na sede da Adufes.

De acordo com o diretor da Adufes, Temístocles de Souza Luz, esse Ponto de Encontro será marcado pelo reencontro entre docentes depois do período de recesso acadêmico. "Será uma oportunidade para confraternização e diálogo após as férias", afirmou. Ele também convidou todos os associados a participarem da atividade, que será bastante animada.

Dia 18/03 tem Ponto de Encontro!

com a Banda Tabacarana

Sambarock e barzinho, a partir das 18 horas, na sede da Adufes. Participe!



Realização

adufes

SINDICATO ANDES NACIONAL

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Pagamento do reajuste de 28,86% está próximo do desfecho

A Assessoria Jurídica comunica aos docentes que figuram na Ação Judicial movida pela ADUFES e que têm diferença salarial a receber decorrente da aplicação do reajuste de 28,86%, percentual concedido aos servidores militares e não estendido aos civis, que a Justiça Federal já procedeu ao cadastramento de todas as RPVs (Requisições de Pequeno Valor), num total de, aproximadamente, 620 autores. Restando mais 20 autores que terão que receber via precatório, cuja documentação terá que ser apresentada separadamente.

Até o final de fevereiro, deverá ser publicado Despacho da Juíza com vista a informar sobre o cadastramento das

RPVs, dos dados de alguns autores para a formação do precatório e sobre as litispendências verificadas, ou seja, de docentes que constam ou já receberam através de outros processos. A RPV é uma requisição de determinada quantia, no máximo até 60 salários mínimos, em que o Estado-Administração Direta, Autarquias e Fundações são condenados em Processo Judicial, em ação transitada em julgado, e cujo pagamento deverá se dar em até 60 dias após o recebimento da requisição pelo responsável jurídico pelo pagamento.

Os professores envolvidos no caso, por ora, não necessitam adotar qualquer tipo de conduta. Na medida em que os RPVs são elaborados, a Assessoria é intimada, de modo que essa entrará em contato com os docentes para prestar as devidas informações para o levantamento da quantia.

Pagamento de ações referente a vale-alimentação e vale transporte

A Justiça Federal liberou no final do ano passado o pagamento de valores relativos a duas ações judiciais interpostas pela Assessoria Jurídica da Adufes, processos 9800005331 e 200450010090266. Uma Ação trata-se de um grupo de professores que estiveram afastados para curso de Pós-graduação e não receberam no período os valores referentes ao pagamento do vale-alimentação

que tinham direito. A outra é de um grupo de docentes de Alegre que tiveram suspensos, por exigência de critérios não previstos na lei, o pagamento do vale-transporte.

A Assessoria Jurídica solicita aos docentes que figuram nos processos acima referidos a comparecerem a sede da Adufes às terças-feiras, no horário entre 9h e 12h para orientação acerca do pagamento dos seus créditos.